

# Reação à recessão

GAZETA MERCANTIL

05 JAN 1990

por Rodrigo Mesquita  
de São Paulo

"A palavra recessão é impronunciável e impatriótica." A frase pertence a Antonio Rogério Magri, que começa a manifestar sua preocupação com as primeiras linhas esboçadas do que poderá vir a ser a política econômica do governo de Fernando Collor.

Presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores — CGT — e principal apoio de Collor no movimento sindical, Magri reagiu com surpresa às medidas de emergência anunciadas em Roma pela economista Zélia Cardoso de Melo, sinalizando um choque recessivo na economia. "Não acredito que o Fernando faça isso e se ele fizer os sindicatos não vão aceitar."

Magri soma-se às outras duas grandes lideranças do movimento sindical brasileiro que já haviam dado sinais da sua apreensão. Pri-

meiro foi a Central Única dos Trabalhadores — CUT — que pediu salários semanais e lançou uma campanha de mobilização contra a expectativa de uma recessão. Depois foi Luís Antônio de Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, quem chamou a FIESP para negociar salários em BTN.

Tanto Medeiros, quanto Gilmar dos Santos Carneiro, conforme relatou o repórter Ricardo Balthazar, concordam com Magri quando ele diz que a adoção de medidas de emergência "é pura balela". O importante é evitar que a recessão aconteça, disse Medeiros, enquanto Gilmar considera que "a falta de garantias de que ele conseguirá estabilizar a inflação sinaliza uma recessão caótica".

Em Curitiba, o banqueiro José Eduardo Andrade Vieira disse à repórter Rosemeiry Tardivo que uma



Antonio Rogério Magri

recessão não deverá provocar grandes impactos no sistema financeiro. "O Plano Cruzado, que nos obrigou a demitir milhares de funcionários, nos ensinou a trabalhar de forma racionalizada", disse ele, não acreditando em demissões. Andrade Vieira, que foi um dos empresários que mais apoiaram Collor na sua campanha presidencial, acha também que as empresas devem assumir sua parcela na distribuição dos sacrifícios. "A maioria está capitalizada para isso, e as que não estão terão que se ajustar às novas medidas."

A CUT gaúcha, que se sentou ontem para discutir com a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul — FIERGS — a adoção do salário semanal, disse através do seu tesoureiro Alvaro Maneguzzi, que "cesta básica e aumento do seguro desemprego" não resolvem os

problemas dos trabalhadores. Maneguzzi previu uma onda de greves incontrollável, caso o próximo governo implemente medidas desse tipo, informou a repórter Lillian Bem David.

As medidas, divulgadas no palácio Doria Pamphili, também não convenceram os sindicatos cariocas, que, segundo conta a repórter Verônica Couto, não estão dispostos a conceder nenhuma trégua ao novo governo, enquanto não forem anunciados mecanismos de proteção salarial. João Carlos de Araújo Santos, secretário-geral do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias, defende inclusive a criação de um "fórum intersindical" reunindo os sindicatos, independentemente da sua filiação política, para o acompanhamento da política econômica do governo Collor.

(Ver páginas 8 a 10)